

**AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS DA
PRODUÇÃO NACIONAL**

TATIANE ALVES DE MELO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE BRASILIA (IFB)

LUIZ FERNANDO CAMARA VIANA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE BRASILIA (IFB)

AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO NACIONAL

1. INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil continua definindo-se como um percurso seletivo e excludente. Historicamente, acessar o ensino superior era uma jornada para pessoas brancas, enquanto a população negra tinha inúmeras restrições para o ingresso. Em 1960, o perfil dos concluintes do ensino superior era representado por 95% de pessoas brancas (Silva, 2020). Além disso, as pessoas negras que conseguiam ser admitidas no ensino superior, conciliavam estudos e trabalho de forma mais acentuada – com mais dificuldades para aquisição de materiais, permanência e até o pagamento de mensalidades, no caso de instituições particulares – se comparada aos estudantes brancos (Silva, 2020).

A adoção de cotas raciais com o advento da Lei nº 12.711/2012, alterou consideravelmente o cenário de ingresso nas instituições federais, por exemplo, no período entre 2012 e 2014, a reserva de vagas para indígenas, pretos e pardos, aumentou 225%, ou seja, passou de 13.392 para 43.613 (Silva, 2020). Outro dado importante em relação às ações afirmativas é que no período entre 2012 e 2017 é possível constatar que a taxa de ingresso por meio de reserva de vagas no ensino superior aumentou de 13% para 39%. Sendo que até 2012, no cenário antes da Lei de Cotas, apenas 39% das 59 universidades federais adotavam reserva de vagas com critério racial; e, dos institutos federais (IF) e centros federais de educação tecnológica (CEFET), apenas 12,5% consideravam cotas raciais como ação afirmativa para ingresso (Silva, 2020).

Ação afirmativa no contexto educacional é uma agenda escassa (Silva, 2020) no campo de pesquisas em diferentes áreas (Moura e Tamboril, 2018), assumindo relevância para o desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas (Terra, Carraro e Ferreira, 2020). É válido ressaltar que em 2016, no Brasil, o corpo docente era composto por apenas 0,12% de indígenas, 1,81% de pretos e 14,05% de pardos; o que influencia diretamente na formação sobre diversidade no ambiente escolar (Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges, 2020).

O sistema de cotas no ensino brasileiro demanda aprimoramento, e, um debate urgente poderia tratar: (1) a composição e atuação das comissões de verificação na opção de autodeclaração racial (Silva, 2020); (2) análises interseccionais a partir do perfil dos estudantes por curso e instituição; (3) análises com abordagem qualitativa-quantitativa dos dados para aperfeiçoamento da política afirmativa (Silva, 2020; Terra, Carraro e Ferreira, 2020); (4) as dificuldades encontrada por pesquisadores, quanto ao acesso restrito e/ou qualidade dos dados disponíveis (Silva, 2020), ou ausência de diálogo entre as pesquisas (Silva e Borba, 2018); (5) a heterogeneidade na escolarização de nível médio (Caregnato, Santos e Felin, 2020); (6) experiências de inclusão social no ensino superior (Guimarães, Andrada e Picanço, 2019), bem como, a perspectiva dos egressos (Silva e Borba, 2018); (7) permanência, evasão, desempenho acadêmico discente (Silva, 2019; Campos, Machado, Miranda e Costa; 2017) e o impacto do marco regulatório (Moura e Tamboril, 2018); além da (8) inclusão de políticas afirmativas na pós-graduação (Silva e Borba, 2018), e, (9) como a demanda por igualdade racial vinculou-se ao debate sobre classe social nas ações afirmativas? (Silva e Borba, 2018).

Apesar do espaço de ensino superior ainda ser formado majoritariamente por pessoas brancas e com renda mais elevada, as ações afirmativas produzem um contexto educacional de diversidade econômica, racial, étnica e cultural (Silva, 2019). Desse modo, o presente estudo alinha-se a seguinte problemática: qual é o cenário da literatura nacional sobre ações afirmativas no contexto educacional?

Para responder ao questionamento, o objetivo deste artigo é apresentar um panorama de publicações sobre ações afirmativas no contexto educacional a partir de uma revisão bibliográfica produzida nacionalmente nos periódicos científicos de nível superior – maior/igual a Qualis B2 – das áreas de Administração e/ou Educação e/ou Sociologia no período compreendido entre 2016 e 2020.

2. AÇÕES AFIRMATIVAS

As políticas afirmativas emergiram no início do século XX na Índia, num cenário marcado pelas desigualdades do sistema de castas. Nos últimos cem anos as políticas afirmativas também foram adotadas em outros países (Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges, 2020). Em 1935, nos Estados Unidos da América (EUA), iniciativas de ações afirmativas foram articuladas às mudanças na legislação trabalhista, mas, só conseguiram se consolidar nos anos de 1960 com o Movimento dos Direitos Civis (Cavalcanti, Andrade, Tiryaki e Costa, 2019; Moehlecke, 2002). Importante destacar que na década de 1960, mesmo antes da expressão ação afirmativa, a prática de alguma política pública orientada para grupos vistos como subalternos, já acontecia em países como Paquistão, Índia, Malásia, Austrália, África do Sul e EUA, com o intuito de reduzir os impactos dos processos de discriminação (Cavalcanti, Andrade, Tiryaki e Costa, 2019).

Ação afirmativa é a atuação de política pública em prol de oportunidades para pessoas que estão desvantagens nos segmentos sociais (Caregnato e Oliven, 2017). Uma ação afirmativa é “reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado” (Moehlecke, 2002, p. 203). Cabe ressaltar que as características dos grupos em questão estão relacionadas aos contextos sociais e históricos (Moehlecke, 2002) que produzem dificuldades de ascensão na vida em sociedade (Caregnato e Oliven, 2017).

Segundo Cavalcanti, Andrade, Tiryaki e Costa (2019), ações afirmativas podem ser compreendidas como um conjunto de medidas que visam à redução de desigualdades e / ou discriminação (classe, raça, deficiência, religião, gênero, etnia e outras). Desse modo, o objetivo das ações afirmativas é questionar e desconstruir as diversas barreiras institucionais e sociais que negam aos grupos sub-representados o acesso às oportunidades de forma igualitária em relação aos grupos da sociedade.

As ações afirmativas no contexto educacional brasileiro, em especial às cotas sociais e raciais, são efetivadas a partir da mobilização da sociedade civil (Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges, 2020), e apresentadas via marcos históricos sintetizados na Tabela 1.

Ano	Marco Histórico
1988	Constituição Federal (Gomes e Rodrigues, 2018; Campos, Machado, Miranda e Costa, 2017).
1995	Marcha Zumbi dos Palmares (Cavalcanti, Andrade, Tiryaki e Costa, 2019).
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 (Gomes e Rodrigues, 2018).
1999	Criação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) – Medida Provisória nº 1.827/1999 (Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges, 2020; Karruz, 2018).
2001	Participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, na África do Sul (Terra, Carraro e Ferreira, 2020; Ferreira 2020; Lemos, 2017).
	Editada a Lei nº 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação – estabelece a necessidade de políticas de inclusão de minorias étnicas (Terra, Carraro e Ferreira, 2020).
	Editada Medida Provisória nº 1.827/1999 – Fundo de Financiamento Estudantil Fies – Transformada na Lei nº 10.260/2001 (Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flontino, 2017; Campos, Machado, Miranda e Costa, 2017).

2003	Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) iniciaram o processo de reserva de vagas para estudantes negros, indígenas e provenientes de escola pública (Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges, 2020).
	Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República foi criada pela Medida Provisória nº 111, convertida na Lei nº 10.678, em prol do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro (Terra, Carraro e Ferreira, 2020).
	Promulgada a Lei nº 10.639 – torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio (Terra, Carraro e Ferreira, 2020).
	Instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial pelo Decreto nº 4.886 (Terra, Carraro e Ferreira, 2020).
2005	Implantação Programa Universidade para Todos (Prouni) – regulamentado pela Lei nº 11.096 (Terra, Carraro e Ferreira, 2020; Ferreira, 2020; Caregnato, Santos e Felin, 2020; Karruz, 2018; Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flontino, 2017; Caregnato e Oliven, 2017).
	Lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH) (Terra, Carraro e Ferreira, 2020).
2007	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096 (Guimarães, Andrada e Picanço, 2019; Caregnato e Oliven, 2017).
2009	Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), aprovado pelo Decreto nº 6.872 – visa promover a inclusão e igualdade racial e de remuneração entre diversos gêneros (mulher, negros, indígenas e quilombolas) (Terra, Carraro e Ferreira, 2020).
Década de 2010	Esfera federal unificou os vestibulares de suas universidades por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) (Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges, 2020).
2010	Lei nº 12.288 - instituiu o Estatuto da Igualdade Racial (Terra, Carraro e Ferreira, 2020; Lemos 2017; Campos, Machado, Miranda e Costa, 2017).
	Criação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) (Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flontino, 2017).
2012	Criação da Lei nº 12.711/2012 ou Lei de Cotas – define que as universidades públicas federais adotem políticas de ações afirmativas garantindo acesso a grupos historicamente excluídos das universidades (Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges, 2020; Caregnato, Santos e Felin, 2020; Guimarães, Andrada e Picanço, 2019; Miskolci e Pereira, 2019; Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flontino, 2017).
2013	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) - Decreto nº 8.136 (Terra, Carraro e Ferreira, 2020).
2014	Aprovado o PNE - Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005 (Silva e Borba, 2018).
	Lei nº 12.990 - determina a reserva de 20% (vinte por cento) das vagas no serviço público federal (Terra, Carraro e Ferreira, 2020; Lemos, 2017).
2016	Lei nº 13.409 - inclui a reserva de vagas para pessoas com deficiência no ingresso ao ensino superior (Caregnato, Santos e Felin, 2020).

Tabela 1. Perspectiva histórica das ações afirmativas educacionais no Brasil.

Fonte: elaborado pelos autores.

No Brasil, a criação e implementação de políticas públicas de combate ao racismo chegam de maneira retardatárias no início do século XXI – vide histórico descrito na Tabela 1. Conseqüentemente, o debate que considerou o acesso da população negra e de pessoas de baixa renda no ensino superior brasileiro só foi regulamentado a partir da Lei nº 12.711/2012 ou Lei de Cotas. Tal marco legal é resultado de um processo que se espelha nas decisões autônomas de instituições de ensino superior (IES) no início do século XXI (Silva, 2020).

A Lei de Cotas determina que todas as instituições federais de ensino técnico de nível médio e ensino superior reservem 50% de suas vagas para estudantes egressos de escola pública, sendo que metade destas vagas devem atender pessoas que comprovem baixa renda (Silva e Borba, 2018). Além disso, a reserva de vagas atenderá cotas para pessoas com deficiência, indígenas e população negra (pretos e pardos), conforme percentual definido em cada unidade federativa (Silva, 2020; Moura e Tamboril, 2018; Campos, Machado, Miranda e Costa, 2017). Neste sentido, as políticas de ações afirmativas configuram importante mecanismo no combate às desigualdades na educação (Caregnato, Santos e Felin, 2020), em diferentes níveis e modalidades.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

A partir da revisão bibliográfica, o presente estudo utilizou a abordagem qualitativa, por meio do método de pesquisa documental e natureza descritiva. Para a operacionalização da pesquisa iniciou-se a busca eletrônica por artigos indexados na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Considerando o campo *todos os índices*, os descritores *ações afirmativas AND educação* foram informados, obtendo-se 81 documentos. Foi possível observar que os termos apresentavam documentos fora do foco da busca, por isso, nova tentativa de pesquisa foi realizada com o uso de aspas para alcançar expressões exatas nos descritores “*ações afirmativas*” *AND* “*educação*”, resultando em 77 documentos.

Com o intuito de analisar apenas artigos científicos concluídos e publicados nos últimos 5 anos (2016-2020), na coleção SciELO Brasil e idioma em português, foi possível selecionar filtros e refinar a pesquisa, alcançando 28 artigos para análise. Outro critério adotado foi a classificação dos periódicos no qualis Capes quadriênio 2013-2016, sendo elegível no mínimo classificação B2 em alguma das áreas: administração pública de empresas, ciências contábeis e turismo, educação ou sociologia; o que resultou na exclusão de apenas 1 artigo, intitulado “Inclusão com mérito e as facetas do racismo institucional nas universidades estaduais de São Paulo” (Araújo, 2019).

Após análise dos periódicos na classificação qualis Capes, procedeu-se com a leitura dos 27 artigos. Foram excluídos dois artigos que não estavam alinhados à temática pesquisada (ações afirmativas e educação): “Deliberação coletiva: uma contribuição contemporânea da bioética brasileira para as práticas do SUS” (Gomes e Aparisi, 2017) e “Segregação ocupacional no mercado de trabalho segundo cor e nível de escolaridade no Brasil contemporâneo” (Ribeiro e Araújo, 2016); definindo-se o *corpus* de análise em 25 artigos. Cabe ressaltar que a varredura dos artigos foi realizada no dia 30 de novembro de 2020.

4. RESULTADOS

Considerando o *corpus* amostrado, os 5 estudos mais citados foram escritos por Coutinho, Rodrigues e Passerino (2017), Sito (2018), Monteiro (2016), Silva (2017) e Campos, Machado, Miranda e Costa (2017). As palavras-chave mais utilizadas nas publicações analisadas, foram: ações afirmativas, ação afirmativa, educação superior, ensino superior, educação, relações étnico-raciais, acesso ao ensino superior, avaliação, equidade, lei de cotas, política de cotas, racismo, cotas sociais e cotas raciais.

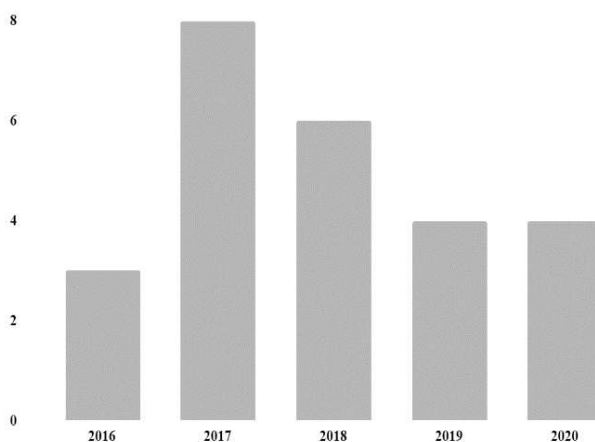


Gráfico 1: Produção Científica Anual

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir dos dados apresentados no Gráfico 1, é possível observar que o cenário de publicações relacionadas às ações afirmativas no contexto educacional está tímido e não é ascendente: 2016 (12%), 2017 (32%), 2018 (24%), 2019 (16%) e 2020 (16%). Observam-se poucas alterações no número de publicações em 2019 ou 2020 em relação a 2016.

Se comparado às publicações em 2017, é possível constatar uma redução de 50% de artigos publicados tanto em 2019 quanto em 2020. No entanto, houve aumento expressivo de publicações em 2017 (166%), e 2018 (100%) em relação ao período de 2016.

Ressalta-se que os 25 artigos analisados foram escritos por 56 autores, com 28% de autoria única e 72% de autoria múltipla. Apenas os autores Silva (2017, 2019) e Caregnato (2017, 2020) publicaram mais de 01 artigo durante o período analisado. Além disso, em relação ao total de artigos, as publicações em autoria múltipla estão representadas pela escrita de: 2 autores (36%), 3 autores (20%), 4 autores (12%) e 5 autores (4%).

#	Título Artigo	Ano	Instituição e Autores	
1	As Políticas Públicas de Inclusão ao Ensino Superior: uma análise do contexto brasileiro nos últimos 20 anos	2020	Universidade Franciscana, Santa Maria, RS, Brasil (Terra e Ferreira)	Escola Paulista de Direito, São Paulo, SP, Brasil (Carraro)
2	Transitando entre universidade e trabalho: trajetórias desiguais e políticas afirmativas	2019	Universidade de São Paulo (USP), São Paulo (SP), Brasil e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) São Paulo (SP), Brasil (Guimarães)	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), São Paulo (SP), Brasil (Andrada e Picanço)
3	Resistência democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988	2018	Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte (MG), Brasil (Gomes)	Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos (SP), Brasil (Rodrigues)
4	Políticas públicas de Ação Afirmativa para indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: a visão dos implementadores	2018	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Campo Grande, MS, Brasil (Ferri)	Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, SP, Brasil (Bagnato)
5	Ensaçando estratégias das artes letradas nas zonas de contato: trajetórias de letramento acadêmico, ações afirmativas e políticas de conhecimento	2018	Universidad de Antioquia, Medellín, Antioquia, Colômbia (Sito)	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil (Sito)
6	Promessas e limites: o SISU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais	2017	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil (Nogueira, Nonato e Flontino)	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto - MG (Ribeiro)
7	Cotas sociais, ações afirmativas e evasão na área de Negócios: análise empírica em uma Universidade Federal brasileira	2017	Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Uberlândia, MG, Brasil (Campos, Miranda e Costa)	Faculdade Católica do Tocantins, Palmas, TO, Brasil (Machado)
8	Incluindo quem? Um exame de indicadores socioeconômicos do Programa de Inclusão Social da USP	2016	Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil (Piotto)	Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (Nogueira)

Tabela 2. Parcerias instituições e autores.

Fonte: elaborado pelos autores.

É possível identificar que 8 artigos foram escritos por autores que buscaram parcerias para a pesquisa fora das instituições onde atuam, quer sejam entre docentes, discentes, pesquisadores, consultores; apresentados na Tabela 2, com destaque para a parceria internacional da autora Sito (2018).

Outrossim, 4 artigos foram escritos a partir de parcerias entre Programas de Pós-Graduação / Departamentos dentro da mesma instituição: (1) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Faculdade de Economia (Cavalcanti, Andrade, Tiriyaki) com o Instituto de Matemática e Estatística (Costa) em 2019; (2) na Universidade Estadual Paulista (UNESP), o Programa em Educação (Martins) com o Programa em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Napolitano) em 2017; (3) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Programa em Informática na Educação (Coutinho e Passerino) com Programa em Educação (Rodrigues e Passerino) em 2017; e, (4) na Universidade Federal de Sergipe (UFS), o Departamento de Ciências Sociais (Neves) com os Programas em Educação (Neves e Schmitz) e Sociologia (Neves, Faro).

Além disso, apenas 48% dos artigos declararam receber apoio / financiamento no âmbito nacional, para as pesquisas realizadas: Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges (2020), Caregnato, Santos e Felin (2020), Guimarães, Andrada e Picanço (2019), Silva (2019), Karruz (2018), Silva e Borba (2018), Moura e Tamboril (2018), Sito (2018), Silva (2017), Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flontino (2017), Martins e Napolitano (2017), Piotto e Nogueira (2016).

Por meio da Figura 1 pode-se observar a representatividade regional das instituições: Norte (10%), Nordeste (6,7%), Centro-Oeste (3,3%), Sudeste (63,3%) e Sul (16,7%). Em relação ao cenário nacional, os estados com a maior quantidade de publicações são São Paulo (33,3%), Minas Gerais (23,3%) e Rio Grande do Sul (13,3%). Além disso, os 25 artigos publicados representam instituições de ensino pública (87,5%, sendo 12,5% Universidades Estaduais e 75% Universidades Federais), e instituições privadas de ensino (12,5%). Para análise das publicações, desconsiderou-se, a parceria da instituição internacional (Colômbia) na escrita de 1 artigo.

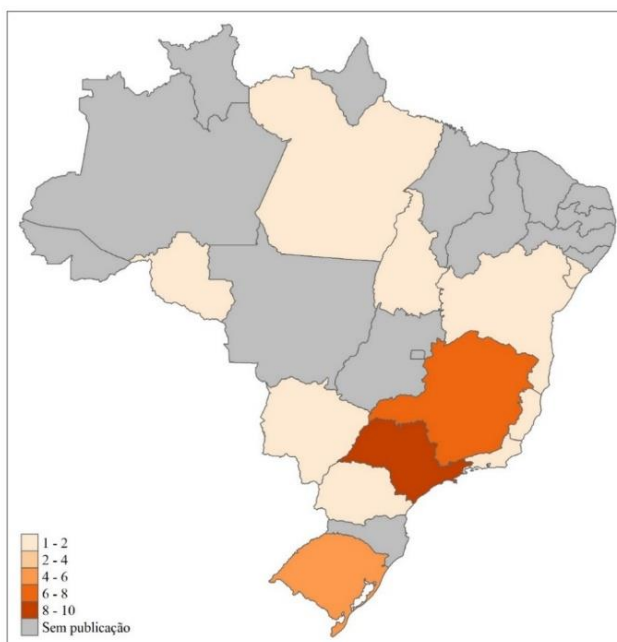


Figura 1: Mapa das publicações por estado.

Fonte: elaborado pelos autores.

Com o objetivo de apresentar os periódicos e respectivas classificações qualis Capes dos artigos selecionados, a Tabela 3 aponta que *Educação em Revista* (20%) apresentou o maior número de publicações, seguida da *Educar em Revista* (12%) e *Cadernos de Pesquisa* (8%); sendo que os outros 60% foram publicados em periódicos que não mantiveram constância na temática de ações afirmativas e educação. Importante retomar que o critério de classificação de periódicos – mínimo Qualis B2 – nas áreas de administração ou educação ou sociologia, foi definido no início do presente estudo.

#	Autor(es)	Periódico	Administração	Educação	Sociologia
1	Cavalcanti, Andrade, Tiryaki e Costa (2019)	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior	B2	A1	B1
2	Guimarães, Andrada e Picanço (2019)	Cadernos de Pesquisa	B1	A1	A2
3	Silva (2017)				
4	Karruz (2018)	Dados	A2	A1	A1
5	Gomes e Rodrigues (2018)	Educação & Sociedade	A2	A1	A1
6	Piotto e Nogueira (2016)	Educação e Pesquisa	B1	A1	B1
7	Ferreira (2020)	Educação em Revista	B2	A1	B1
8	Caregnato, Santos e Felin (2020)				
9	Silva (2019)				
10	Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flontino (2017)				
11	Foerste e Foerste (2017)				
12	Silva e Borba (2018)	Educar em Revista	B2	A1	B2
13	Caregnato e Oliven (2017)				
14	Martins e Napolitano (2017)				
15	Neves, Faro e Schmitz (2016)	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	B1	A1	B1
16	Miskolci e Pereira (2019)	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	-	A2	B1
17	Ferri e Bagnato (2018)	Pro-Posições	-	A1	B1
18	Moura e Tamboril (2018)	Psicologia Escolar e Educacional	-	A2	-
19	Lemos (2017)	Revista Brasileira de Educação	-	A1	A2
20	Coutinho, Rodrigues e Passerino (2017)	Revista Brasileira de Educação Especial	-	A2	-
21	Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges (2020)	Revista Brasileira de Educação Médica	-	B1	-
22	Sito (2018)	Revista Brasileira de Linguística Aplicada	-	B1	-
23	Campos, Machado, Miranda e Costa (2017)	Revista Contabilidade & Finanças	A2	-	-
24	Monteiro (2016)	Saúde e Sociedade	A2	A2	A2
25	Terra, Carraro e Ferreira (2020)	Sequência (Florianópolis)	-	-	B2

Tabela 3. Classificação Periódicos Qualis Capes – áreas.

Fonte: elaborado pelos autores.

Destacam-se ainda as principais temáticas abordadas pelos autores (Tabela 4). Os três temas mais abordados pelos artigos foram: (1) política de ações afirmativas: o acesso da população negra ao ensino superior brasileiro; (2) implementação e avaliação de políticas públicas de ação afirmativa (negros e/ou indígenas): forma de ingresso, perfil, desempenho acadêmico e permanência e (3) desigualdade racial e educação: estrutura segregacionista brasileira.

#	Temática	Autores
1	Desigualdade Racial e Educação: Estrutura Segregacionista Brasileira	Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges (2020); Ferreira (2020); Caregnato, Santos e Felin (2020); Miskolci e Pereira (2019); Karruz (2018); Caregnato e Oliven (2017); Campos, Machado, Miranda e Costa (2017).
2	Política de Ações Afirmativas: O Acesso da População Negra ao Ensino Superior Brasileiro	Terra, Carraro e Ferreira (2020); Ferreira (2020); Caregnato, Santos e Felin (2020); Ferreira (2020); Cavalcanti, Andrade, Tiryaki e Costa (2019); Guimarães, Andrada e Picanço (2019); Gomes e Rodrigues (2018); Silva e Borba (2018); Moura e Tamboril (2018); Caregnato e Oliven (2017); Lemos (2017); Campos, Machado, Miranda e Costa (2017); Monteiro (2016).
3	Implementação e Avaliação de Políticas Públicas de Ação Afirmativa (Negros e/ou Indígenas): Forma de Ingresso, Perfil, Desempenho Acadêmico e Permanência	Cavalcanti, Andrade, Tiryaki e Costa (2019); Silva (2019); Ferri e Bagnato (2018); Moura e Tamboril (2018); Sito (2018); Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flontino (2017); Lemos (2017); Campos, Machado, Miranda e Costa (2017); Piotto e Nogueira (2016); Neves, Faro e Schmitz (2016).
4	Mercado Profissional de Trabalho e Ações Afirmativas	Guimarães, Andrada e Picanço (2019); Lemos (2017); Coutinho, Rodrigues e Passerino (2017).
5	Docência e Ações Afirmativas: Concepções e Práticas	Silva (2019); Silva (2017); Neves, Faro e Schmitz (2016).
6	Políticas Educacionais: Povo Tradicional Pomerano	Foerste e Foerste (2017).
7	Estudantes Surdos na Universidade	Martins e Napolitano (2017).
8	Ações Afirmativas: Inclusão de Pessoas com Deficiência	Coutinho, Rodrigues e Passerino (2017).

Tabela 4. Temas mais abordados pelos autores.

Fonte: elaborado pelos autores.

4.1 Tipificação Metodológica

Considerando os artigos que compõem o *corpus* de análise, 21 estudos teórico-empíricos (84%) e 4 estudos teóricos (16%). Foi possível identificar que 64% dos estudos adotaram abordagem qualitativa, 32% quantitativa e 4% mista. Em relação às técnicas de coleta de dados dos estudos teórico-empíricos, é possível identificar o uso de diferentes métodos entre as abordagens de cunho qualitativo e quantitativo.

Os estudos empíricos qualitativos (Tabela 5) valorizaram estudos de caso, análise de documentos (como por exemplo fotografia, filmagem, anotações de diário de campo), dados secundários, realização de entrevistas, grupo focal, técnica de análise de conteúdo e observação não participante. Cabe ressaltar que apenas o artigo de Silva e Borba (2018) utilizou análise bibliográfica.

#	Título Artigo	Autor(es)	Técnica Coleta de Dados
1	Transitando entre universidade e trabalho: trajetórias desiguais e políticas afirmativas	Guimarães, Andrada e Picanço (2019)	Questionário
2	Ações afirmativas no ensino superior brasileiro: caminhos para a permanência e o	Silva (2019)	Entrevistas Semiestruturadas

	progresso acadêmico de estudantes da área das ciências exatas		
3	Políticas afirmativas na pesquisa Educacional	Silva e Borba (2018)	Documental / Dados das Publicações (artigos, teses e dissertações)
4	Políticas públicas de ação afirmativa para indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: a visão dos implementadores	Ferri e Bagnato (2018)	Entrevistas
5	“Não é assim de graça!”: lei de cotas e o desafio da diferença	Moura e Tamboril (2018)	Grupo Focal
6	Ensaaiando estratégias das artes letradas nas zonas de contato: trajetórias de letramento acadêmico, ações afirmativas e políticas de conhecimento	Sito (2018)	Entrevistas
7	Educação matemática e ações afirmativas: possibilidades e desafios na docência universitária	Silva (2017)	Entrevistas
8	Promessas e limites: o SISU e sua implementação na universidade federal de Minas Gerais	Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flontino (2017)	Documental
9	Língua, cultura e educação do povo tradicional pomerano	Foerste e Foerste (2017)	Registros em Diários de Campo, Acervo Fotográfico, Filmagens
10	Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade	Lemos (2017)	Entrevistas
11	O Trabalho de colaboradores com deficiência nas empresas: com a voz os gestores de recursos humanos	Coutinho, Rodrigues e Passerino (2017)	Observações Não Participante e Entrevistas Semiestruturadas
12	Incluindo quem? Um exame de indicadores socioeconômicos do programa de inclusão social da USP	Piotto e Nogueira (2016)	Documental

Tabela 5. Estudos empíricos qualitativos.

Fonte: elaborado pelos autores.

Os estudos empíricos quantitativos (Tabela 6) adotaram de modo geral, o método de pesquisa documental a partir de dados secundários, com o uso de teste Qui-Quadrado e/ou *Propensity Score Matching (PSM)* com diferentes métodos de pareamento e uso de *softwares*. Além disso, apenas 1 artigo caracteriza-se como qualitativo-quantitativo (misto), com a adoção de *survey*, uso do *software* SPSS, teste Qui-Quadrado, *one-way* ANOVA e grupo focal (Neves, Faro e Schmitz, 2016).

#	Título Artigo	Autor(es)	Método / Técnica Coleta / Análise de Dados
1	Perfil socioeconômico e racial de estudantes de medicina em uma universidade pública do Rio de Janeiro	Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges (2020)	Documental - Questionário - Dados Secundários - Teste Qui-Quadrado
2	As políticas públicas de Inclusão ao ensino superior: uma análise do contexto brasileiro nos últimos 20 anos	Terra, Carraro e Ferreira (2020)	Procedimento Histórico, Estatístico e Estudo de Caso - Documentação e Dados Secundários
3	Desigualdade racial e educação: uma análise estatística das políticas afirmativas no ensino superior	Ferreira (2020)	Análises de Correlação e Regressão Linear Múltipla - Dados Secundários - Teste Qui-Quadrado ou Fisher, Correlação Rô de Spearman e ANOVA
4	Origem escolar e acesso à educação superior: análise da ocupação de vagas de ações afirmativas na UFRGS	Caregnato, Santos e Felin (2020)	Análises descritivas - Cruzamentos Simples e Medidas Básicas de Associação

5	Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da universidade federal da Bahia	Cavalcanti, Andrade, Tiryaki e Costa (2019)	Modelos Econométricos - <i>Propensity Score Matching</i> (PSM) com Diferentes Métodos de Pareamento - Contrafactual Hipotético
6	Oferta, demanda e nota de Corte: experimento natural sobre efeitos da lei das cotas no acesso à universidade federal de Minas Gerais	Karruz (2018)	Documental - Dados Secundários - Técnica de Pareamento por PSM
7	Educação superior e políticas de ação afirmativa no Rio Grande do Sul: desigualdades e equidade	Caregnato e Oliven (2017)	<i>Survey</i> - Entrevistas - <i>Software Sphinx</i> - Análise Cruzada - Bivariada - Teste Qui-Quadrado
8	Cotas sociais, ações afirmativas e evasão na área de Negócios: análise empírica em uma universidade federal brasileira	Campos, Machado, Miranda e Costa (2017)	Documental - Dados Secundários - Análise Binominal

Tabela 6. Estudos empíricos quantitativos.

Fonte: elaborado pelos autores.

4.2 Resultados Empíricos

Articulada às demais regulamentações que caracterizam o processo de expansão e democratização na esfera educacional superior, é possível afirmar que a Lei de Cotas no Brasil fomenta significativos efeitos no perfil estudantil das instituições federais. Nesse sentido, o debate acadêmico insere discussões em prol da permanência estudantil, bem como, a ampliação das ações afirmativas nos cursos de pós-graduação (Silva, 2020); fortalecendo e referenciando ainda mais a atuação do movimento antirracista na histórica luta em prol do sistema de cotas raciais (Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges, 2020).

A partir das contribuições dos artigos analisados, foi possível identificar quatro temáticas-chave, posteriormente intituladas (1) política afirmativa, lei nº 12.711/2012, (2) reserva de vagas para escola pública (3) estudantes universitários cotistas e (4) fortalecimento das ações afirmativas; que sintetizam os resultados e apontam para necessárias reflexões a respeito das ações afirmativas no contexto educacional.

As considerações que trazem a política afirmativa: lei nº 12.711/2012 para o debate no contexto educacional, afirmam que tal regulamento apresenta efetividade (Ferreira, 2020; Lemos, 2017) e produz avanços significativos ao garantir o acesso à educação superior para a população historicamente excluída (Caregnato, Santos e Felin, 2020).

No entanto, os estudos sobre heterogeneidade das escolas públicas e ocupação de vagas realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por Caregnato, Santos e Felin (2020), tal como, as implicações da adesão da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) de Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flontino (2017), apontam que a política de cotas desconsidera a heterogeneidade da rede pública de nível médio, basta observar por exemplo, o considerável aumento na proporção de estudantes egressos de escolas federais na disputa por vagas para universidades públicas (Caregnato, Santos e Felin, 2020; Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flontino, 2017).

É válido ressaltar que no Estado do Rio Grande do Sul, de modo geral, observou-se grande aceitação das políticas afirmativas na educação superior e visibilidade para o Programa Universidade para Todos (Prouni), Lei nº 11.096/2005, em contraponto com a menor aceitação da Lei de Cotas ou Lei nº 12.711/2012 – entre pessoas brancas e amarelas (Caregnato e Oliven, 2017). Outro desafio refere-se às dificuldades de caracterização e comprovação do perfil cotista, – pessoas pretas, pardas e indígenas de baixa renda – implicando na formação de comissões de heteroidentificação (Caregnato, Santos e Felin, 2020).

Em relação à reserva de vagas para escola pública, é possível observar que ações afirmativas de caráter restrito à classe social como mecanismo de inclusão não é tão eficaz para alcançar estudantes indígenas e negros na esfera educacional. Assim, ter apenas o parâmetro renda familiar como indicador de acesso às ações afirmativas, não contempla os critérios étnico-raciais traçados via política afirmativa, e, além disso, reduz o número de beneficiários que sofrem discriminação (Ferreira, 2020; Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges, 2020) e vivenciam processos de exclusão.

É imprescindível (re)lembrar que até o primeiro semestre de 2012 (ano de aprovação da Lei de Cotas), 94 instituições de ensino superior já adotavam ações afirmativas tendo como critério a origem em escola pública (cotas sociais), e outras 52 instituições de ensino superior aplicavam ação afirmativa a partir do critério racial (cotas raciais) (Silva, 2020). No entanto, os meios de comunicação, em especial, o jornalismo, direcionava maior atenção às cotas raciais, mesmo que estas não representassem a maior parte das políticas afirmativas; além disso, as cotas raciais tornam-se também pauta de debate na esfera judicial (Silva, 2020), levando a temática ao centro do debate público (Ferreira, 2020).

Cabe sublinhar que estudantes egressos da rede pública de nível médio caracterizam-se por condições socioeconômicas e experiência escolar distintas, afinal, o ensino brasileiro público é diverso e desigual (Caregnato, Santos e Felin, 2020). Por isso, o ingresso apenas via reserva de vagas para escola pública não é suficiente para o aumento do acesso às pessoas negras e para a redução da desigualdade (Ferreira, 2020; Caregnato, Santos e Felin, 2020).

Tratar a temática estudantes universitários cotistas é problematizar que estudantes negros cotistas ocupam vagas em cursos menos concorridos nas universidades, e, (consequentemente ou não), recebem salários inferiores no mercado de trabalho – se relacionado aos estudantes brancos (Ferreira, 2020). Além disso, é entender que os fatores socioeconômicos são mais significantes para o desempenho do estudante universitário do que sua forma de ingresso (Cavalcanti, Andrade, Tiryaki e Costa, 2019), pois, não há diferença de desempenho em função de ser ou não estudante cotista (Cavalcanti, Andrade, Tiryaki e Costa, 2019; Lemos, 2017).

As dificuldades financeiras e microagressões sofridas por estudantes universitários cotistas traduzem histórias de preconceito em termos de raça, etnia e gênero vivenciados nos cursos das ciências exatas (Silva, 2019), bem como na Universidade Federal do Pará (UFPA) (Lemos, 2017) e Universidade Federal de Sergipe (UFS) (Neves, Faro e Schmitz, 2016). Ademais, a pesquisa na UFS constatou tensões dos estudantes cotistas com não cotistas, e, inclusive com docentes de cursos mais notórios (Neves, Faro e Schmitz, 2016).

Ao analisar a implementação das ações afirmativa para população indígena na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a partir do entendimento da comissão de acompanhamento dos cotistas, coordenadores de cursos e pró-reitores, Ferri e Bagnato (2018) identificaram que: estudantes universitários cotistas indígenas, experienciam situações de intolerância/resistência, preconceitos, dificuldades com a língua, barreiras culturais e baixa qualidade do ensino fundamental e médio. Trata-se da perspectiva histórica de negação de direitos à população indígena, traduzindo projetos políticos pedagógicos universitários sustentados apenas pela lógica da formação técnica profissional, excluindo discussões sobre a situação dos índios e dos negros no Brasil (Ferri e Bagnato, 2018).

Contudo, falar de estudantes universitários cotistas é oportunidade para enfatizar aspectos que movimentam uma agenda em torno da permanência e êxito. Desse modo, a partir de um estudo realizado com estudantes de Ciências Contábeis e outros cursos da área de Negócios – graduação em Administração, Ciências Contábeis, Economia, Gestão da Informação e Relações Internacionais – de uma instituição de ensino superior, foi possível identificar que ações afirmativas não afetaram de forma significativa as taxas de evasão ao

comparar o ingresso por meio de cotas ou ampla concorrência (Campos, Machado, Miranda e Costa, 2017). Ainda sobre tal reflexão, foi possível identificar que a permanência exitosa dos estudantes da UFPA, não pode ser relacionada simplesmente aos esforços individuais, mas, valoriza-se: assistência estudantil via programa permanência, participação em iniciação científica e projetos de extensão (Lemos, 2017). Os resultados sobre efetividade das políticas afirmativas apontam para o entendimento de que “a evasão não cresce com a adoção de ações afirmativas na IES em estudo, ao contrário, em muitos casos ela reduz. [...] Se essa realidade se confirmar em outras instituições, o fato constitui aspecto positivo da política educacional implantada” (Campos, Machado, Miranda e Costa, 2017, p. 40).

Além disso, “a inserção na universidade abre espaços para a ascensão social dos alunos cotistas. A maioria desses jovens vem de famílias com baixo nível socioeconômico e educacional e fazem parte da primeira geração familiar que chegou ao ensino superior” (Lemos, 2017, p. 20). Assim, a inclusão no mundo acadêmico possibilita oportunidade de acesso não só educacional, mas, profissional, cultural e pessoal (Lemos, 2017). Evidencia-se que a primeira geração familiar a ingressar na universidade tem muitos desafios com a linguagem acadêmica, apropriação do espaço universitário e pode traçar estratégias decoloniais (Sito, 2018).

Os aspectos latentes das temáticas política afirmativa: lei nº 12.711/2012, reserva de vagas para escola pública e estudantes universitários cotistas, produzem o fortalecimento das ações afirmativas. Evidencia-se por um lado a importância do movimento negro na luta por garantia de direitos (Gomes e Rodrigues, 2018; Lemos, 2017) e por outro, o papel do Estado na promoção de políticas públicas para combater desigualdades e garantir o acesso à educação por meio da efetividade de tais aparatos (Terra, Carraro e Ferreira, 2020).

Observa-se uma predisposição para a crescente inclusão da população negra nas universidades, mas, cabe ressaltar que tal acesso ainda é maior por parte dos homens negros. Desse modo, além do racismo, as mulheres negras estão submissas à uma estrutura sexista de hierarquia social. Evidentemente, tais desigualdades se acentuam no nível de ensino superior e principalmente na pós-graduação – por exemplo, mestrado e doutorado (Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges, 2020).

Importante destacar a urgência na valorização do processo de ensino-aprendizagem, como por exemplo, aspectos pedagógicos e infraestrutura em prol do desenvolvimento das atividades acadêmicas (Cavalcanti, Andrade, Tiryaki e Costa, 2019). Nesse sentido, observa-se a necessidade de fortalecimento e cooperação entre os programas de ação afirmativa e grupos de pesquisa (Silva e Borba, 2018), para lidar com no mínimo com a demanda por informações em relação a temáticas como por exemplo: meritocracia, sistema de cotas, questões sociais, étnico-raciais e ideológicas (Moura e Tamboril, 2018); e um grande desafio na formação docente a partir da compreensão e valorização de ações pedagógicas direcionadas à permanência e êxito de estudantes cotistas (Silva, 2017).

Torna-se visível o desafio das instituições de ensino superior na institucionalização de ações e estratégias de caráter afirmativas e acadêmicas que fortaleçam e garantam a permanência dos grupos étnico-raciais (Martins e Napolitano, 2017; Piotto e Nogueira, 2016). Destaca-se a atuação dos órgãos responsáveis pela implantação e acompanhamento das políticas afirmativas na Universidade Federal de Sergipe (UFS): Programa de Ações Afirmativas (PAAF) e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) que contribuíram para a realização da pesquisa dos autores Neves, Faro e Schmitz (2016).

Por fim, a premissa do fortalecimento das ações afirmativas deve considerar também discussões sobre a importância da contratação de pessoas com deficiência a partir da Lei de Cotas na esfera do trabalho (Coutinho, Rodrigues e Passerino, 2017); e, o fortalecimento do debate sobre a invisibilidade do conhecimento, da língua e da cultura do Povo Tradicional Pomerano (Foerste e Foerste, 2017).

4.3 Agenda de Pesquisa

Apoiado na revisão bibliográfica, o presente estudo considera a atuação do construto social raça como via de organização e criação das dinâmicas vividas pela população brasileira; e, propõe temas para compor uma agenda de pesquisa (Tabela 7), com os principais apontamentos dos artigos analisados.

#	Autor(es)	Temas e questões
1	Souza, Pôrto, Souza, Silva Júnior e Borges (2020)	- Impactos dos processos de auto e heteroatribuição racial no ingresso ao ensino superior.
2	Ferreira (2020)	- Por que estudantes cotistas continuam ocupando lugares em cursos menos disputados? Quais são as motivações para a persistência de tais diferenças?
3	Guimarães, Andrada e Picanço (2019); Karruz (2018)	- Trajetórias e transições estudantes cotistas no mercado profissional.
4	Silva (2019); Karruz (2018); Silva e Borba (2018); Ferri e Bagnato (2018); Silva (2017); Campos, Machado, Miranda e Costa (2017)	- Desafios das políticas afirmativas na inclusão e regulamentação que garanta condições mínimas de permanência.
5	Silva e Borba (2018)	- Políticas afirmativas na pós-graduação e na docência. - Participação dos coletivos sociais atendidos pelas políticas afirmativas nos processos de produção de conhecimento. - Interseccionalidade de raça com gênero no contexto educacional. - Histórias de mulheres negras egressas de programas de ações afirmativas.
6	Martins e Napolitano (2017)	- Pessoas surdas: acesso e conclusão dos estudos nas IES.
7	Campos, Machado, Miranda e Costa (2017)	- Quais são as causas relacionadas à evasão no ensino superior brasileiro? - Quais são os impactos das políticas socioeconômicas destinadas aos estudantes de baixa renda?

Tabela 7. Agenda de pesquisa ações afirmativas no contexto educacional.

Fonte: elaborado pelos autores.

Observam-se carência de estudos que priorizem a execução da Lei de Cotas em diferentes instituições de ensino, valorizando experiências, processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação (Silva, 2019). Importante ressaltar as oportunidades de estudos que valorizem o método de pesquisa qualitativo-quantitativo (misto), bem como, revisões sistemáticas. Além disso, observa-se a importância de inserir as temáticas interseccionais e decoloniais ao discutir políticas afirmativas e educação no Brasil.

5. CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi apresentar um panorama de publicações sobre ações afirmativas e educação a partir de uma revisão bibliográfica produzida nacionalmente nos periódicos científicos de nível superior (maior/igual a Qualis B2) das áreas de Administração ou Educação ou Sociologia no período compreendido entre 2016 e 2020.

Devido às limitações do presente estudo, recomenda-se que em trabalhos futuros, outras bases de dados sejam pesquisadas, por exemplo, as internacionais *Scopus* e *Web of Science*, além de outras bases nacionais. Importante considerar diferentes recortes temporais, ampliar áreas, idiomas e documentos que aqui não foram analisados: livros, teses, dissertações, artigos não acabados, material editorial, fotografias, documentários, filmes, peças teatrais, material de oficina, aulas e outros.

A partir dos resultados obtidos e discussões preconizadas, o presente estudo alcança o objetivo proposto. Frentes de trabalho podem ser organizadas a partir da agenda escassa que foi

encontrada sobre o tema, bem como estudos que se preocupem em preencher as diversas lacunas apontadas. Faz-se necessário reconhecer às limitações de pesquisa a partir dos filtros utilizados na base pesquisada, e, outras possibilidades de análises metodológicas e teóricas que ainda podem ser aprofundadas.

Inquietações de pesquisa surgem ao questionarmos: (1) o investimento e apoio em pesquisa pode ser uma variável que impulsionou publicações em 2017? (2) qual era o cenário / contexto para a realização dos artigos publicados? (3) a temática das ações afirmativas no contexto educacional, tem sido valorizada por instituições de ensino, pesquisadores e periódicos? (4) as ações afirmativas cumprem seu papel político? (5) qual é a efetividade das ações afirmativas no ensino médio federal que conta com o sorteio como forma de ingresso? (6) quais ações e estratégias institucionais são executadas em prol da permanência estudantil? (7) é possível identificar evasão? Se sim, (8) qual é o perfil dos estudantes evadidos e (9) quais são os motivos?

Ações afirmativas brasileiras são constituídas por trajetórias de luta e resistência. Urge a necessidade de avançarmos nos estudos que fortaleçam a Lei de Cotas e tantas outras políticas que alcançam a vida real, a vida vivida por grupos subalternos. Em 2022 a Lei nº 12.711 (que tem duração de 10 anos) será renovada? Quais são os possíveis caminhos para a implementação de outras políticas afirmativas direcionadas à raça, gênero, sexualidade, etnia, deficiência e classe?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, L. C.; MACHADO, T. R. B.; MIRANDA, G. J; COSTA, P. S. Cotas sociais, ações afirmativas e evasão na área de negócios: análise empírica em uma universidade federal brasileira. **Revista. contab. finanç.**, São Paulo, v. 28, n. 73, p. 27-42, 2017.
- CAREGNATO, C. E.; SANTOS, H. R. R.; FELIN, L. B. Origem escolar e acesso à educação superior: análise da ocupação de vagas de ações afirmativas na UFRGS. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 36, 2020.
- CAREGNATO, C. E.; OLIVEN, A. C. Educação superior e políticas de ação afirmativa no Rio Grande do Sul: desigualdades e equidade. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 64, p. 171-187, 2017.
- CAVALCANTI, I. T. N.; ANDRADE, C. S. M.; TIRYAKI, G. F.; COSTA, L. C. C. Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 24, n. 1, p. 305-327, 2019.
- COUTINHO, K. S.; RODRIGUES, G. F.; PASSERINO, L. M. O Trabalho de Colaboradores com Deficiência nas Empresas: com a Voz os Gestores de Recursos Humanos. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 2, p. 261-278, 2017.
- FERREIRA, N T. Desigualdade racial e educação: uma análise estatística das políticas afirmativas no ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, 2020.
- FERRI, E. K.; BAGNATO, M. H. S. Políticas públicas de Ação Afirmativa para indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: a visão dos implementadores. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 54-82, 2018.
- FOERSTE, E.; FOERSTE, G. M. S. Língua, cultura e educação do povo tradicional pomerano. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 33, 2017.
- GOMES, N. L.; RODRIGUES, T. C. Resistência democrática: a questão racial e a constituição federal de 1988. **Educ. Soc., Campinas**, v. 39, n. 145, p. 928-945, 2018.
- GUIMARÃES, N. A.; ANDRADA, A. C.; PICANÇO, M. F. Transitando entre universidade e trabalho: trajetórias desiguais e políticas afirmativas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 284-310, 2019.

KARRUZ, A. Oferta, Demanda e Nota de Corte: Experimento Natural sobre Efeitos da Lei das Cotas no Acesso à Universidade Federal de Minas Gerais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 405-462, 2018.

LEMOS, I. B. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, 2017.

MARTINS, S. E. S. O.; NAPOLITANO, C. J. Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior. **Educ. rev.**, Curitiba, n. spe.3, p. 107-126, 2017.

MISKOLCI, R.; PEREIRA, P. P. G. Educação e Saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 23, 2019.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 4, nov. 2002.

MONTEIRO, R. B. Educação permanente em saúde e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 524-534, 2016.

MOURA, M. R. S.; TAMBORIL, M. I. B. “Não é assim de graça!?”: Lei de Cotas e o desafio da diferença. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. 3, p. 593-601, 2018.

NEVES, P. S. C.; FARO, A.; SCHMITZ, H. As ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe e o reconhecimento social: a face oculta das avaliações. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 127-160, 2016.

NOGUEIRA, C. M. M.; NONATO, B. F.; RIBEIRO, G.M.; FLONTINO, S. R. D.; Promessas e limites: o Sisu e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.33, 2017.

PIOTTO, D. C.; NOGUEIRA, M. A. Incluindo quem? Um exame de indicadores socioeconômicos do Programa de Inclusão Social da USP. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 625-649, 2016.

SILVA, G. H. G. Ações afirmativas no ensino superior brasileiro: caminhos para a permanência e o progresso acadêmico de estudantes da área das ciências exatas. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 35, 2019.

SILVA, G. H. G. Educação matemática e ações afirmativas: possibilidades e desafios na docência universitária. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 820-846, 2017.

SILVA, P. V. B.; BORBA, C. A. Políticas Afirmativas na Pesquisa Educacional. **Educ. rev.**, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 151-191, 2018.

SILVA, T. D. Ação Afirmativa e População Negra no Ensino Superior: acesso e perfil discente. **Texto de Discussão 2569**. Brasília: IPEA, 2020.

SITO, L. R. S. Ensaçando estratégias das artes letradas nas zonas de contato: trajetórias de letramento acadêmico, ações afirmativas e políticas de conhecimento. **Rev. bras. linguist. apl.**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 821-852, 2018.

SOUZA, P. G. A.; PORTO, A. C. C. A.; SOUZA, A. JÚNIOR, A. G. S.; BORGES, A. T. Perfil Socioeconômico e Racial de Estudantes de Medicina em uma Universidade Pública do Rio de Janeiro. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 44, n. 3, 2020.

TERRA, R. B. M. R. B.; CARRARO, G. S.; FERREIRA, M. P. R. As Políticas Públicas de Inclusão ao Ensino Superior: uma análise do contexto brasileiro nos últimos 20 anos. **Sequência (Florianópolis)**, Florianópolis, n. 83, p. 142-159, 2019.